

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E DEMOCRACIA

Ruth Corrêa Leite Cardoso

Ultimamente, quando conversamos sobre a situação política recolhemos uma impressão de estranheza. Diante dos resultados da eleição presidencial tão desejada, gerou-se uma certa perplexidade que para alguns fundamenta uma desilusão, e para outros cria uma certa ansiedade. Que país é este que dá a vitória a Collor, jovem impetuoso, apoiado em poucos assessores e sem definições claras sobre seu programa de ação?

Diante desta pergunta que inquieta a todos, alguns procuram a resposta enfatizando as relações do candidato vencedor com interesses empresariais ou com políticos conservadores. Outros, impressionados com seu desempenho de campanha, dão-lhe um crédito de confiança baseado na esperança de que ele venha a ser o paladino da moralidade e da modernização.

Esta polarização de opiniões alimenta o clima de perplexidade que, por sua vez, dificulta a elaboração de uma análise mais desapassionada sobre o processo político dentro do qual a eleição é um episódio. Se não deixarmos espaço para aqueles que querem ver esta realidade com olhos estrangeiros e distanciamento analítico, arriscamo-nos a cristalizar posições ideológicas, por mais justificáveis que sejam, sem compreender os fatos. E, provavelmente, continuaremos perplexos ou desiludidos no futuro.

Deixemos de lado a polêmica sobre a figura do presidente eleito, para perguntar como é a sociedade que o elegeu. Em vez de especular sobre a eficácia subliminar dos símbolos de firmeza, juventude e honestidade, talvez devamos procurar informações sobre por que estes significados congregaram tantos eleitores. As análises menos semióticas e mais tradicionais que procuram os interesses econômicos subjacentes também precisam ser mais sofisticadas e mais consistentes, para que se possa compreender como atuam os grupos de pressão e como ganham ou perdem poder de acordo com cada conjuntura política.

Durante 25 anos vivemos sem eleições presidenciais, com períodos de maior ou menor repressão, de maior ou menor crescimento, e fomos capazes de compreender as manifestações eleitorais, de explicar as vitórias da oposição e o desgaste dos governos militares. Mas, neste mesmo período e por efeito destes mesmos fatos, nossa sociedade foi mudando, aumentando a participação por um lado e massificando-se por outro. Se é verdade que a campanha das "diretas já" foi o coroamento das manifestações oposicionistas e expressou o generalizado desejo de democracia, também é certo que foi seu último ato. Esta primeira eleição presidencial parece já fazer parte de um outro ciclo, iniciado com o afastamento dos militares. A Nova República começou sob o impacto da decepção causada pela derrota da emenda Dante de Oliveira e continuou alimentando a desconfiança do povo nos governantes; mas, como as regras mudaram, não se pode esquecer que, durante este mesmo período, o processo constituinte abriu espaço para a manifestação de interesses, sustentando a multiplicação das formas de associação política e de pressão sobre o Legislativo e o Executivo, e de um sobre o outro. Não cabe aqui alongar a lista das modificações no modo de relacionamento entre a sociedade e os poderes executivos e legislativos tanto no nível federal, quanto no estadual e no municipal. Estas mudanças foram desiguais, atenderam a ritmos diversos (os governos estaduais foram eleitos em 1982 e o Congresso federal se renovou em 1986) e foram contraditórias. Entretanto, criaram espaço para engajamentos e desengajamentos diferentes daqueles que caracterizavam o bloco monolítico de oposição durante o período autoritário.

Agora, estamos diante de comportamentos políticos difíceis de entender, mas que foram sendo gerados neste processo que corre aos trancos e barrancos e que se chamou de transição para a democracia. É, portanto, compreensível que as avaliações dos resultados eleitorais ou as enquetes sobre a cultura política dos eleitores perturbem as expectativas. Baseadas em modelos idealizados do que seja a democracia e construídas tendo em vista a realidade de países com regimes democráticos mais estáveis, tais expectativas refletem a esperança de que a sociedade brasileira (e não o Estado) já apresente todas as condições para a implantação da democracia. E as surpresas se acumulam quando as pesquisas mostram uma face da sociedade que parece incoerente, tanto com relação ao paradigma do autoritarismo quanto ao da democracia.

Não importa aqui retomar a crítica, já antiga, aos modelos com os quais avaliamos os sentimentos mais ou menos democráticos em diferentes nações. Ela já foi feita e já nos ensinou que o que importa é qualificar melhor a situação brasileira, procurando as especificidades do processo de transição e das nossas instituições políticas. Pois as opiniões se formam a partir de contextos políticos que têm suas regras próprias e seu ritmo específico de ajustamento.

Atentos a estes problemas, alguns cientistas políticos têm procurado mostrar as especificidades de nosso processo de transição democrática-

ca. Apenas a título de exemplo, cito dois trabalhos não publicados no Brasil. "Politicians, Parties and Electoral Systems: Brazil in Comparative Perspective" (1988), de Scott Mainwaring, analisa nossa legislação partidária e eleitoral, aspecto pouco tratado em nossa literatura, e mostra o quanto ela é peculiar quando comparada à de outros países. São estas especificidades que permitem e até promovem um comportamento personalista dos candidatos, uma competição interna aos partidos que, muitas vezes, é maior que aquela entre os partidos. Também Kurt von Mettenheim em "Social Policy and the Brazilian Voter in the Transition to Democracy" sente a necessidade de reelaborar os dados das pesquisas eleitorais para criar instrumentos mais finos, capazes de dar conta dos arranjos que caracterizam a política brasileira. Ele mostra que, neste período, populismo e patronagem aparecem combinados com mecanismos de formação de opinião aparentemente mais modernos e racionais e que sustentam as posições oposicionistas com relação às políticas sociais, à redistribuição das rendas e às diretrizes econômicas. Não é o caso de retomar aqui estes argumentos. Cito-os para mostrar que, por qualquer perspectiva que se escolha para analisar nosso sistema político, sente-se a necessidade de renovar os instrumentos de análise, adaptando-os às características próprias deste momento posterior ao autoritarismo. Se continuarmos trabalhando apenas com a oposição democracia versus autoritarismo, corremos o risco de não entender nossa transição porque continuaremos a interpretar os fatos (especialmente os resultados eleitorais e os desempenhos em campanhas) utilizando noções que serviram para explicar o comportamento da oposição enquanto o sistema estava fechado. E, neste caso, os resultados são no mínimo confusos.

Vão se tornar mais compreensíveis se pensarmos em uma nova periodização que considere não apenas as eleições para o Executivo como marcos da democratização. Antes delas os grupos organizados de todas as classes já estabeleciam relações diferentes com os partidos, o Legislativo e o Executivo, e depois delas as regras formais da democracia não se impuseram totalmente. Estes descompassos provocam opiniões desencontradas que expressam a decepção com alguns aspectos da Nova República. Para compreender melhor o resultado das pesquisas de opinião, é preciso abandonar a idéia de que as respostas refletem uma polarização entre o tempo do autoritarismo militar e o tempo da democracia civil. A revista *Isto É Senhor* de 27/9/89, numa pesquisa realizada por Toledo e Associados, mostra o quanto é confusa a memória dos eleitores no que diz respeito à política durante o regime militar: Ulysses Guimarães é apontado por 15,2% como aquele que sempre apoiou os militares e nem é citado entre os que nunca apoiaram. Brizola é reconhecido como opositor por 15,2%, mas aparece como colaborador dos militares para 5,9% dos eleitores, quase a mesma taxa que atribuem a Collor de Mello. Mas, o mais importante é que a porcentagem de não resposta é de 43,8%, isto é, muitos não sabem nada sobre este assunto e não se inquietam com isto no momento de formar sua opinião a respeito dos candidatos. No fim da dé-

cada de 80, parece que esta distinção entre governos militares e civis deixou de estar associada à distinção entre ditadura e democracia.

Em setembro do ano passado a *Folha de S. Paulo* publicou uma pesquisa sobre cultura política, realizada pelo CEDEC e DataFolha e que permite aprofundar estas indagações:

Quadro 1

	Idade (%)			
	16 a 17	18 a 25	26 a 40	+ de 40
A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo	35	42	42	46
Em outras circunstâncias é melhor uma ditadura	19	19	19	17
Tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura	40	27	22	14

Fonte: CEDEC-DataFolha, in *Folha de S. Paulo*, 28/9/89, p. B-6.

Cerca de 40% dos eleitores (% menor para os jovens) considera que a democracia tem vantagens sobre outras formas de governo. Um outro grupo bem delimitado, com pouco menos de 20%, considera a ditadura como podendo ser conveniente. E a variação de opiniões entre os grupos de idade só aparece quando procuramos medir a indiferença. Aí, os mais jovens se distinguem claramente dos mais velhos, ostentando uma porcentagem que é quase o dobro da dos que têm mais de 26 anos e o triplo dos maiores de 40 anos.

O grau de interesse dos cidadãos pela política costuma ser associado ao modo de funcionamento dos regimes políticos. Uma sociedade democrática deveria despertar o interesse de todos pela participação, ao passo que a ditadura alimenta a alienação. Mas, atualmente o noticiário da imprensa e as pesquisas de opinião ora apresentam a imagem de cidadãos alheios à política e ora mostram um alto grau de mobilização. Esta mesma pesquisa, procurou medir esta atitude:

Quadro 2

	Idade (%)			
	16 a 17	18 a 25	26 a 40	+ de 40
Tem interesse por política em algum nível	53	60	57	56
Não tem interesse por política	41	36	34	28
Total de respostas	94	96	91	84

Fonte: CEDEC-DataFolha, in *Folha de S. Paulo*, 28/9/89, p. B-6.

Vemos que um pouco mais de 50% dos eleitores em todos os grupos de idade manifestam algum interesse por política. Os menores de 18 anos parecem ter mais facilidade que os maiores de 40 para afirmar seu

afastamento da política, porque apenas 6% não se definiram diante desta questão. Já o grupo dos mais velhos tem menos desinteressados (28%), mas tem 16% sem opinião.

Desconsiderando os grupos de idade e tomando o conjunto do eleitorado, 33% dos entrevistados declaram não se interessar por política. Ora, esta quota de desinteresse não deve assustar, porque não é exagerada quando consideramos que este fenômeno é conhecido em todas as sociedades de massa contemporâneas. E ainda mais se nos lembrarmos que mais de 50% dos eleitores não hesitaram em manifestar seu interesse por questões políticas. Este fato aumenta nossa curiosidade a respeito da indiferença dos jovens e do significado da democracia para as diferentes gerações.

Começemos por avaliar a credibilidade dos políticos, que parece estar bastante ameaçada:

Quadro 3

	Idade (%)			
	16 a 17	18 a 25	26 a 40	+ de 40
Os políticos brasileiros procuram em 1º lugar enriquecer à custa do dinheiro público	66	50	44	38
Procuram arrumar a vida de parentes e amigos	18	30	32	31
Procuram defender os interesses dos eleitores	12	8	8	11

Fonte: CEDEC-DataFolha, in *Folha de S. Paulo*, 28/9/89, p. B-6.

Apenas um pequeno número de eleitores, que varia entre 12% e 8% dos que responderam a estas questões, acredita no espírito público dos políticos. E, curiosamente, os menores de idade acreditam mais (12%) que os mais maduros (8%), e neste caso não se distinguem dos maiores de 40 anos (11%).

Já quando se trata da fidelidade dos políticos para com os parentes e amigos, forma-se uma opinião mais homogênea entre os maiores de 18 anos. Os jovens, talvez porque confiem tão pouco nos representantes do povo, duvidam até mesmo de sua lealdade às parentelas. A questão que realmente distingue os grupos de idade é aquela que aponta para a dignidade daqueles que deveriam zelar pela vida pública. Aí, se todos se mostram desiludidos, os jovens (66%) não deixam lugar para dúvida: majoritariamente acreditam que a política e a corrupção andam juntas. Mas, será que esta crítica aos políticos significa necessariamente crítica ao modelo democrático? Pode também significar desilusão com o sistema representativo e esperança de que a participação direta do povo nas decisões aperfeiçoe a democracia:

Quadro 4

	Idade (%)			
	16 a 17	18 a 25	26 a 40	+ de 40
Se o povo tivesse o poder de decidir o país seria melhor				
Concorda	86	79	72	71
Discorda	7	13	16	15
Total de respostas	93	92	88	86

Fonte: CEDEC-DataFolha, in *Folha de S. Paulo*, 28/9/89, p. B-6.

Neste caso, são os mais velhos, que pareciam mais democráticos, que desconfiam da sabedoria do povo para decidir. A grande maioria dos mais jovens (86%) acredita que o país melhoraria se o povo tivesse mais poder de decisão. E não só acredita, como mostra seu interesse por este tema, apresentando uma baixa proporção de não resposta. Para os maiores de 26 anos, aumenta não só o número de discordantes, como também o daqueles que não respondem. Será que a adesão ao ideário democrático que os mais velhos vinham demonstrando foi desmentida nesta última questão?

André Singer, comentando estes dados na mesma edição em que foram publicados, parece responder que sim quando escreve: "pode-se supor que há uma faixa considerável dos eleitores mais velhos para quem a ditadura é aceitável e os quais logicamente não concordam que mais participação signifique melhoria. Mas o surpreendente é que uma boa parte dos jovens do 'tanto faz' afirmou também que 'se o povo tivesse poder de decidir o país seria bem melhor'".

A surpresa surge quando nem os jovens e nem os mais velhos parecem convencidos da relação entre democracia e participação. Para corrigir este aparente enfraquecimento do espírito democrático dos mais maduros, o autor supõe a existência de um mesmo grupo de eleitores que manifesta concomitantemente a indiferença pela forma de governo (14% no *Quadro 1*) e descrédito pela participação popular (15% no *Quadro 4*). Nada garante que sejam os mesmos eleitores que manifestam estas opiniões, mas trabalhar com esta hipótese permite delimitar um pequeno grupo de conservadores, que é compensado pelo espírito democrático dos 46% que apóiam a democracia (*Quadro 1*) e que supostamente fazem parte dos 71% que apóiam uma maior participação do povo nas decisões (*Quadro 4*).

Quando olhamos para as opiniões dos mais jovens, fica bem claro que não existe relação necessária entre acreditar que a democracia é melhor e aprovar a participação do povo nas decisões. Os menores de 18 anos respondem com mais facilidade que tanto faz a democracia ou a ditadura (40%), o que é diferente de dizer que apóiam a ditadura, pois neste caso estão apenas 19%, tal como nos outros grupos de idade (*Quadro 1*). Por outro lado, estão dizendo que o assunto que os mobiliza é a participa-

ção popular. E parece que esta tendência é geral porque, em todas as idades, mais de 70% acreditam que o país melhoraria se o povo pudesse decidir (*Quadro 4*).

Ao fim e ao cabo, existe concentração de opiniões, mas as diferenças entre gerações mostram concepções diversas de democracia que se expressam através da atribuição de pesos diferentes aos temas selecionados pelos pesquisadores. Certamente a experiência de vida política dos mais velhos foi diferente da dos jovens atuais, e isto pode explicar as diferenças de reação. Mas, neste nível de generalidades, esta explicação é fácil demais e incompleta porque, se considerarmos as respostas sem distinguir idades, veremos que em conjunto os eleitores mostram bastante indiferença diante da oposição entre democracia e ditadura (*Quadro 5*): 2% deles procuram escapar do dilema proposto criando respostas não previstas e 15% não têm opinião. Se somarmos os 22% para quem a distinção não importa teremos 39%. Entretanto, como já dissemos, esta taxa de indiferença não é tão grande e não há razão para pânico porque os defensores da ditadura são claramente minoritários. Porém, não podemos afirmar que a questão democrática mobiliza uma maioria significativa, como indica o título — "Defensores da democracia são maioria" — escolhido para este quadro, quando de sua publicação.

Quadro 5

	%
A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo	43
Em certas circunstâncias é melhor uma ditadura	18
Tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura	22
Outras respostas (espontâneas)	2
Não tem opinião	15

Fonte: CEDEC-DataFolha, in *Folha de S. Paulo*, 28/9/89, p. B-1.

Um fato a ser notado é que os entrevistados criaram respostas espontâneas procurando fugir das alternativas propostas. Ainda que não sejam tão numerosas, fornecem pistas que precisam ser investigadas. Por exemplo: diante da pergunta "qual a melhor solução para o Brasil?", 13% respondem espontaneamente que tanto a participação do povo (primeira alternativa), quanto a atuação de um líder (segunda alternativa) podem concomitantemente concorrer para solucionar problemas. Outros 3% elaboraram ainda outras respostas e 6% não têm opinião.

Entretanto, quando as questões são menos abstratas e se vêem colocados diante de situações que lembram o papel repressivo do Estado, manifestam suas opiniões com clareza e é pequena a taxa dos que não respondem (cerca de 10%). São a favor da liberdade partidária 69% dos consultados, assim como 68% são contra o fechamento do Congresso (apesar de, como já vimos, não confiarem nos políticos); 64% são contra a

censura aos meios de comunicação de massa; 56% são contra a intervenção nos sindicatos; 54% são contra a proibição das greves.

Não há dúvida de que a maioria deseja caminhos livres para a manifestação da sociedade e espera que os poderes constituídos garantam esta liberdade.

Mas, não podemos dizer que não esperam a intervenção do Estado. Existe desencanto com a eficácia dos governos democráticos mas também a certeza de que é preciso atuar diminuindo a desigualdade social.

Quadro 6

	<i>Concorda</i>	<i>Discorda</i>	<i>S/opinião</i>
Se a justiça funcionasse não haveria tanta miséria e desigualdade no país	82	11	7
Tudo que a sociedade produz deveria ser distribuído entre todos com a maior igualdade possível	78	14	8
Se o país for rico não importa que haja muitas desigualdades sociais	26	60	14

Fonte: CEDEC-DataFolha, in *Folha de S. Paulo*, 28/9/89, p. B-8.

Poucos ficam indiferentes à pobreza e uma ampla maioria critica a justiça e o governo por não promoverem a redistribuição de renda.

Outra pesquisa, realizada em 1987 pela Editora Abril entre seus jovens leitores, reafirma esta atitude: 66% dos homens e 58% das mulheres são favoráveis à diminuição das diferenças entre pobres e ricos. Mas este público jovem mostra maior indiferença em relação a esta questão, pois cerca de 20% não respondem, enquanto na pesquisa CEDEC-DataFolha (*Quadro 6*) menos de 10% estão nesta categoria. Entretanto, esta proporção não destoa das que este mesmo público manifesta para questões tais como: pena de morte, movimentos pacifistas, reforma agrária, legalização da maconha, legalização do aborto ou fidelidade no casamento.

Estes jovens mostram uma certa homogeneidade de avaliações, porque suas respostas sempre se concentram em uma das alternativas, ou na indiferença. Isto ocorre tanto para os temas ligados à vida pública como para aqueles que dizem respeito à vida privada.

O desarmamento nuclear e os movimentos de defesa do consumidor são os que mais mobilizam, apresentando mais de 80% de adesões, e os únicos que têm menos de 10% de indiferentes. Por outro lado, os movimentos socialistas têm a maior taxa de indiferença (50%) e apenas 30% são a favor. A eliminação da propriedade privada tem uma indiferença um pouco menor, mas concentra 48% de opiniões contrárias.

Podemos concluir que estes jovens leitores espelham uma sociedade onde a divisão de opiniões não é bem vista e onde é grande a tolerância para com a indiferença. E ela não existe apenas quando os assuntos são políticos, apesar de que, sem dúvida, estes são pouco mobilizadores.

Reunindo todos estes dados, e resistindo tanto à tentação de acentuar a disparidade das opiniões para mostrar uma sociedade desarticulada, quanto à de exaltar as maiorias democráticas considerando-as como eixos das mudanças futuras, acredito que podemos compreender melhor por que, de tempos em tempos, olhamos para os processos políticos, especialmente as campanhas eleitorais, sem compreendê-los. Precisamos de mais pesquisas de opinião mas também precisamos de flexibilidade, para que seja possível captar os conceitos e os preconceitos que aparecem no ideário dos cidadãos. É preciso abrir espaço para descobrir quais os temas frente aos quais as pessoas não ficam indiferentes, e depois é preciso procurar compreender quais as regras ou falta de regras de nossa democracia que reforçam estas atitudes.

A lentidão de nossa transição nos mantém afastados dos modelos clássicos de funcionamento democrático, ao mesmo tempo que muitas mudanças nas relações dos cidadãos com o poder começaram a ocorrer durante o governo militar.

O crescimento do eleitorado brasileiro de 1960 a 1989 foi de 427%, segundo estimativa do TSE, veiculada pela *Gazeta Mercantil* em 11/7/89.

Em 1988, os dados da PNAD mostram que apenas 10,6% dos maiores de 18 anos não possuíam título de eleitor.

Temos um eleitorado imenso do qual muito poucos estão excluídos. O eleitorado mais jovem, entre 18 e 24 anos, que parece ter um comportamento bastante específico, é maior nas regiões Norte (25,3%), Nordeste (23,9%) e Centro-Oeste (23,8%), e menor nas regiões Sudeste e Sul (20%). Nas pesquisas citadas não encontramos distribuições por regiões e portanto não pudemos avaliar a importância e o significado das diferenças regionais. Mas tudo leva a crer que são muito importantes.

Os maiores de 40 anos constituem cerca de 30% do eleitorado tanto no Nordeste quanto no Sudeste e no Sul. Mas certamente existem diferenças profundas entre os idosos do Nordeste e do Sul. Ora, se quisermos aprofundar nosso conhecimento sobre as diferenças de comportamento político entre as gerações, precisamos analisar melhor as diferenças regionais. Quanto a escolaridade, também existem grandes diferenças: o Nordeste tem a maior proporção de eleitores sem instrução ou com menos de 1 ano de escolaridade — 33,9%, enquanto a média para o Brasil é 17,1%. A região Sul conta com o maior número de eleitores que frequentaram entre 4 e 7 anos de escola (39%), seguida pelo Sudeste (35,3%), e em último lugar está o Nordeste (22,6%).

Enfim, o pouco que sabemos indica que precisamos pesquisar mais e melhor, quer descrevendo as mudanças das características demográficas e sócio-econômicas do eleitorado, quer procurando captar as particularidades de certas tendências de opinião que refletem as dissonâncias de nosso processo de transição.

É preocupante o desinteresse que manifestam, especialmente os mais jovens, quando estão em pauta as instituições democráticas.

REFERÊNCIAS

Pesquisa CEDEC-DataFolha: utilizou a mesma metodologia elaborada para as pesquisas eleitorais deste último instituto. Compõe o universo o conjunto dos eleitores do país divididos segundo o peso eleitoral de cada região. Foi realizada nos dias 2 e 3/9/89 e publicada no caderno *Diretas-89 da Folha de S. Paulo* de 24/9/89.

Pesquisa "O jovem leitor Abril": coletou através do envio de questionários pelo correio, procurando alcançar leitores de revistas solteiros, entre 15 e 24 anos, de classe A, B, e C segundo o critério ABIP-EM e distribuídos por todo o território nacional. Para os jovens do sexo feminino foram enviados 21.919 questionários, e 17.374 para os de sexo masculino. O retorno foi de 24% para mulheres e 21% para homens. Data da publicação — 27/1/87.

PNAD — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, suplemento "Participação Político-Social", IBGE, 1988.

Mainwaring, Scott. "Politicians, Parties, and Electoral Systems. Brazil in Comparative Perspective", Kellogg Institute, University of Notre Dame, dezembro/1988, mimeo.

Mettenheim, Kurt von. "Social Policy and the Brazilian in the Transition to Democracy", *Papers on Latin America*, Columbia University, Institute of Latin American and Iberian Studies, 1988.

Mas, por outro lado, a liberdade e a igualdade são valorizadas. E não são estes os temas básicos para construir um mundo mais democrático?

A relação entre estes temas e a consolidação de regras que garantam um funcionamento democrático é que parece obscura. Notamos que aqui, como em outros países, o sistema representativo está desacreditado mas não surgiram alternativas novas. Na falta delas, os cidadãos apóiam, como vimos, a participação popular como uma panacéia.

Para que esta vaga demanda por participação se cristalize em expectativas políticas definidas é preciso que diminua o desencanto com a política. E para isto, a garantia de liberdade de manifestação que os eleitores almejam deve permitir a gestação de novas práticas políticas dentro dos partidos e dos movimentos sociais. Ao mesmo tempo é preciso que a renovação do aparelho de Estado abra espaço para que os cidadãos possam exercer algum controle sobre as decisões. Nesta renovação não se pode esquecer do aparelho judiciário, que pode ser um instrumento importante de defesa da cidadania.

Todas estas recomendações parecem receitas gerais de difícil aplicação. Mas, ainda que em ritmo próprio e desencontrado, elas apontam o caminho para que a noção de democracia possa ganhar um conteúdo mais concreto, fundamentando formas novas de integração ao mundo da política. E contamos com pelo menos uma das condições para promover estas mudanças: um enorme comparecimento de eleitores às urnas. Os mesmos que, com facilidade, admitem seu interesse diante das questões que lhes são propostas pelas enquetes, enfrentam sol e chuva para votar, e depois ainda festejam nas ruas.

Se caminhararmos no sentido de estabelecer regras mais estáveis e que garantam um desempenho mais democrático dentro da sociedade civil e da política, certamente este enorme eleitorado, que sempre valorizou o voto, poderá se sentir menos marginalizado e mais poderoso.

Ruth Corrêa Leite Cardoso é pesquisadora do Cebrap. Já publicou nesta revista "Isso é Política?" (Nº 20).

Novos Estudos
CEBRAP
Nº 26, março de 1990
pp. 15-24
